

hoje está espalhada a consciência da gravidade do problema e da urgência de sua solução; nem faltam iniciativas múltiplas, particulares e públicas, que compõem como já está atuando a vontade de resolver positivamente tais problemas. Contudo, em confronto com a vastidão da empresa, tais iniciativas, altamente apreciáveis em si mesmas, representam pouca coisa. Poder-se-ia pensar em sua multiplicação e intensificação até incidir profundamente sobre a situação atual a ponto de transformá-la? Paulo VI julga que sim: "Não perdemos a esperança: sobre as incompreensões e os egoísmos, acabará por prevalecer uma necessidade mais viva de colaboração e um sentido mais agudo da solidariedade. Esperamos que os países, cujo desenvolvimento é menos avançado, saibam aproveitar-se dos seus vizinhos para organizar uns com os outros, em áreas territoriais mais extensas, zonas de desenvolvimento combinado, estabelecendo programas comuns, coordenando os investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando os intercâmbios" (n.º 64).

E o Pontífice alimenta a esperança de que as organizações multilaterais e internacionais tragam, elas também, um contributo eficaz: "Esperamos também que as organizações multilaterais e internacionais encontrem, por meio da necessária reorganização, os caminhos que permitem, aos povos ainda subdesenvolvidos, sair das situações difíceis em que parecem estar embaraçados e descobrir, na fidelidade ao seu caráter próprio, os meios do progresso social e humano" (n.º 64). Finalmente, Paulo VI, seguindo o caminho indicado por João XXIII na quarta parte da Encíclica *Pacem in Terris*, reafirma a necessidade de se chegar à criação de uma comunidade política que tenha a mesma amplitude da família humana: "Esta colaboração internacional, estendida a todos, requer instituições que a preparem, coordenem e rejam, até se construir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De todo o coração encorajamos as organizações que tomarão a peito esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que a sua autoridade progrida. A vossa vocação, dizíamos aos representantes das Nações Unidas, em Nova Iorque, é a de levardes a fraternidade não a alguns só mas a todos os povos...! Quem não vê a necessidade de se chegar assim, progressivamente, ao estabelecimento de uma autoridade mundial, em condições de agir eficazmente no plano jurídico e político?" (n.º 78).

São oportunas algumas considerações para mostrar como se torna indispensável a existência de uma autoridade eficazmente ativa no plano mundial para eliminar os desequilíbrios ou ao menos reduzi-los notavelmente, entre países de diverso grau de desenvolvimento econômico.

Pode-se afirmar que, dentro dos países altamente industrializados, existem zonas economicamente desenvolvidas e outras subdesenvolvidas. A experiência atesta que na proporção em que os poderes públicos ficam ausentes do mundo econômico, ou estão pouco presentes nêle, os desequilíbrios entre aquelas áreas, além de não se reduzirem, tendem a agravar-se tais desequilíbrios somente começam a ser atenuados se, por obra dos poderes públicos, se fizerem maciços investimentos de capitais dando-se impulso a múltiplas iniciativas de conteúdo econômico, social e cultural. Mas

RUMO A UMA AUTORIDADE MUNDIAL EFICAZ

PETRO PAVAN

*Professor de Sociologia da Pontifícia
Universidade Lateranense — Roma*

A última Encíclica de Paulo VI — *Populorum Progressio* — já teve e continua tendo uma vasta ressonância no mundo inteiro.

Nela, por diversas vezes, se constata que, nos povos ricos, o desenvolvimento se processa em ritmos mais rápidos do que entre os povos pobres (cf. nn. 3, 8, 29, 57). Em consequência, acentua-se o desequilíbrio entre eles e no teor de vida dos respectivos cidadãos: cria-se no plano mundial uma situação na qual a justiça se revela sempre mais ferida, e a paz, se bem que atuada, resulta sempre mais comprometida. Urge, portanto, frear essa tendência e mudá-la: "estão em jogo a vida dos povos pobres, a paz civil dos países em via de desenvolvimento e a paz do mundo" (n.º 55).

Como consiguí-lo? O Pontífice traça com toda a clareza três diretrizes fundamentais, que são ao mesmo tempo três deveres dos povos em fase avançada de industrialização relativamente aos povos economicamente atrasados e subdesenvolvidos: "dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defetuosas, entre povos fortes e povos fracos; o dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros" (n.º 44).

As três diretrizes sejam executadas com empenho e simultaneamente com o objetivo de promover todos os valores que tornam humanamente rica a civilização: "Não se trata apenas de vencer a fome, nem tampouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria, embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhes vem dos homens e de uma natureza mal domada; um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã e em que o pobre Lázaro possa sentar-se à mesa do rico" (n.º 47).

Mas, haverá possibilidade de atuar as três citadas diretrizes e num grau tão acentuado que possa mudar substancialmente para melhor a evolução econômica, social, cultural da família humana inteira? Certamente

estando ausente uma autoridade operante em plano mundial, acaso poderão ser transferidos dos países em alto grau de industrialização aos países economicamente subdesenvolvidos os ingenuíssimos capitais indispensáveis para eliminar ou reduzir o desequilíbrio entre eles?

Em segundo lugar, é mister observar que, conforme cálculos dignos de crédito, a despesa feita por todas as nações para a atual política dos armamentos gira anualmente em torno da cifra astronômica de 72 mil bilhões de libras (equivalente a NCr\$ 311 040 000,00). O que, indubitavelmente, constitui um "escândalo intolerável", afirma o Pontífice no presente documento (n.º 53). Mas, a realidade é aquela que é. Por outra parte, os capitais disponíveis são limitados: e, sendo empenhados em armamentos, não podem ser investidos em obras construtivas. Por isso existe um nexo causal entre a cessão nos armamentos e o preparo do desarmamento integral de uma parte e da outra a aceleração nos ramos produtivos dos países em fase de desenvolvimento. Ora, a cessão nos armamentos e o desarmamento integral exigem um controle efetivo em plano mundial. Mas quem poderá efetuar um tal controle afora uma autoridade política criada para operar em tal plano?

Em terceiro lugar, cumpre lembrar que não basta transferir capitais, mesmo ingentes, dos países ricos para os países pobres para que nêles se realize o desenvolvimento de que carecem. O desenvolvimento é obra muito mais complexa do que um simples transferir de capitais, embora necessário; e a experiência destaca sempre mais que aí o fator humano joga a parte mais importante. Por outro lado, o desenvolvimento não pode ser um presente; ele não seria genuíno se não fosse, sobretudo, uma conquista cotidiana, alcançada com o suor do rosto, daqueles a favor dos quais se está atuando. Realmente, hoje se presencia um fenômeno desconcertante: não poucos indivíduos entre os mais bem preparados, cidadãos de comunidades políticas em via de desenvolvimento, abandonam definitivamente a própria pátria com vistas a uma situação melhor em países ricos. É um fenômeno que, se não for contido em tempo, não deixará de ter, como consequência, aumentar os desequilíbrios entre os povos. Mas, acaso poderá ser contido tal fenômeno sem lesar direitos fundamentais da pessoa, se não existir uma autoridade mundial investida da tarefa de procurar o bem comum universal?

Certamente não faltam os que arguem de utopia a idéia de tentar a criação de uma tal autoridade empenhando-se em que venha a ser instituída. "Pode ser que, no seu realismo, se enganem e não se tenham apercebido do dinamismo de um mundo que quer viver mais fraternalmente e que — apesar das suas ignorâncias e dos seus erros, e até dos seus pecados, das suas recaídas na barbárie e das longas divagações fora do caminho da salvação — se vai aproximando lentamente, mesmo sem dar por isso, do seu Criador. Pede esforço e sacrifício este caminho para mais humanidade: mas o próprio sofrimento, accite por amor dos nossos irmãos, é portador de progresso para toda a família humana. Os cristãos

sabem que a união ao sacrifício do Salvador contribui para a edificação do Corpo de Cristo na sua plenitude: o povo de Deus reunido" (n.º 79).

Nesta era não faltam os que, investidos das mais elevadas responsabilidades no governo dos povos, ainda conservam a psíqué presa a esquemas racistas ou nacionalistas elevados a critérios supremos para compor as relações entre os séres humanos nesta terra. Sem dúvida, a raça e mais ainda, a nação são valores históricos que devem ser guardados e promovidos; mas são-lhes imensamente superiores os valores que os séres humanos possuem em comum enquanto pessoas; sob a luz de tais valores devem ser reestruturados os seus nexos: tanto no interior de cada comunidade política, como no plano regional e mundial.

Um dos desequilíbrios que caracterizam a época presente é certamente o que se dá entre a rapidez dos progressos científico-técnicos e a sua imediata repercussão em todos os campos da convivência, de uma parte, e, de outro lado, a lentidão com que evoluem as instituições jurídicas e políticas.

No espírito da nova geração, sob a ação de numerosos fatores históricos, delineiam-se com sempre maior clareza os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa e os deveres correspondentes, como a expressão de uma humanidade comum. Os esquemas e critérios que pertencem ao passado se atenuam quando não se dissolvem. A esta geração cabe a ingenua tarefa de equacionar as instituições à amplitude e complexidade dos problemas que implica o bem comum universal. Este é por isso, ao mesmo tempo, bem comum de cada pessoa, de todas as famílias, de cada grupo social, de cada nação, de todos os povos. A Igreja, povo de Deus, na qual vive e opera Cristo e cujos membros são também membros da família humana, já indicou com clareza, em documentos que se impõem à consciência, os caminhos ao longo dos quais deverá realizar-se esse bem; e a *Papulum Progressio* é o convite mais insistente, dirigido a todos, a pôr mãos à obra para conseguir-lo: "Neste caminhar, todos somos soldados. A todos, quisemos lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra que se pretende realizar. Sou a hora da ação: Estão em jogo a sobrevivência de tantas famílias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades" (n.º 80).

(Traduzido de *L'Osservatore Romano* (21-04-67) e enviado gentilmente a esta Redação pela Nunciatura Apostólica no Brasil)

O momento da publicação da nova Enciclica presta-se a "excelente oportunidade para uma franca adesão à Sé de Pedro". — SECRETARIADO NACIONAL DE OPINIAO PUBLICA DA CNBB